

Moradia assistida e vida adulta: construindo caminhos para a inclusão na perspectiva do modelo social da deficiência¹

Resumo

Este estudo utiliza uma abordagem quantitativa para investigar o conhecimento e o interesse de familiares de pessoas com deficiência sobre moradia assistida e promoção da autonomia. A pesquisa tem como objetivo principal identificar lacunas de informação e necessidades, contribuindo para a construção de políticas públicas inclusivas, por meio de um questionário aplicado a 298 participantes. A pesquisa se alinha com Kittay (2020) e Brugère (2023) sobre a importância do cuidado. Além disso, as relações públicas comunitárias (KUNSCH, 2007; PERUZZO, 2004) são estratégias essenciais para promover comunicação dialógica e participativa, facilitando o acesso a informações e reduzindo a desconfiança em relação à moradia assistida. Resultados preliminares indicam: (1) desconhecimento sobre moradia assistida; (2) autonomia como expectativa central; e (3) necessidade de políticas públicas.

Palavras-chave: Cuidado; Inclusão; Moradia Assistida; Pessoa com Deficiência; Relações Públicas Comunitárias.

Deficiência e Cuidado

Segundo Eva Kittay (2020), a dependência é uma característica fundamental da condição humana e desempenha um papel crucial na construção de valores morais que sustentam uma sociedade justa. Nenhuma sociedade pode sobreviver sem cuidar de seus membros mais vulneráveis, como crianças, idosos e pessoas com deficiência. A autora elabora o conceito de crítica do cuidado ao modelo de sociedade utilitarista, que busca a igualdade e a liberdade individual como premissa. Segundo ela, enquanto a justiça e os parâmetros de reciprocidade consideram apenas relações entre pessoas livres e iguais, as pessoas dependentes continuam privadas de direitos e suas cuidadoras também partilham vários graus de privação de direitos. Em contrapartida, ela elabora o conceito de responsabilidade social do cuidado:

A cada um de acordo com a sua necessidade de cuidados, de cada um de acordo com a sua capacidade de cuidar, e o apoio das instituições sociais para disponibilizar recursos e oportunidades àqueles que prestam

¹ Trabalho apresentado na Sessão Temática – Discursos, Identidade e Relações de Poder; atividade integrante do XIX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

cuidados, para que todos sejam adequadamente atendidos em relações sustentadas. (KITTAI, 2020, p. 121)

Para Brugère (2023), o cuidado é uma necessidade universal, mas frequentemente desvalorizado. A autora questiona a associação exclusiva da ética do cuidado com a maternidade, propondo uma visão mais abrangente que reconheça a diversidade de relações de cuidado e seu potencial político para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Moradia assistida para pessoas com deficiência

Ainda que a discussão sobre onde e com quem pessoas adultas com deficiência irão morar não seja algo novo, foi somente em 2015, com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146), que diferentes arranjos de moradia aparecem formalizados na legislação nacional. A lei elenca uma série de possibilidades de modelos de moradia, sem apresentar, contudo, a definição exata de nenhuma delas. A novidade do tema e a pouca exatidão acerca dos termos utilizados evidenciam a necessidade de maior clareza e detalhamento nas políticas públicas, a fim de garantir que os direitos das pessoas com deficiência sejam efetivamente implementados.

No artigo 31, a LBI determina que pessoas com deficiência “têm direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, com seu cônjuge ou companheiro ou desacompanhada, ou em moradia para vida independente da pessoa com deficiência, ou ainda em residência inclusiva”. Determina ainda que cabe ao poder público promover medidas para moradia independente.

A moradia assistida surge como possibilidade da construção progressiva da autonomia e do protagonismo da pessoa com deficiência na vida adulta, promovendo a emancipação pessoal e social dos residentes, além do fortalecimento dos vínculos familiares. É um conceito de residência com rotina planejada para pessoas com deficiência. Essas residências dividem espaços comuns, como refeitório, sala de estar e acomodações privativas. Uma equipe multiprofissional propicia um nível de suporte compatível com a demanda individual, visando desenvolver autonomia e habilidades

singulares. O desenvolvimento da autonomia e o processo de amadurecimento são fortalecidos no convívio diário com seus pares, nas trocas de experiências, nas escolhas individuais e coletivas, no entendimento e respeito aos limites necessários para uma convivência saudável.

Segundo Helena Moura Fietz (2020), o modelo de casas compartilhadas é o mais comum como alternativa de moradia para pessoas com deficiência em diversos países. A autora cita um estudo longitudinal nos EUA com famílias de pessoas com deficiência intelectual que mostrou que, entre 1988 e 2000, 66% moravam com parentes e 24% em casas compartilhadas. Em uma pesquisa posterior (2010-2011) focada em adultos com síndrome de Down, esses números mudaram para 35% vivendo com parentes e 48% em casas compartilhadas. No Brasil, apesar de apresentar alguns arranjos de moradia consolidados, o debate na sociedade sobre o tema ainda é tímido. O pouco investimento do governo e a falta de subsídios e políticas de fomentos propiciam escassez de oferta desse serviço de qualidade.

Metodologia

Com o intuito de solucionar a problemática da falta de conhecimento acerca das necessidades de famílias de pessoas com deficiência em relação à moradia assistida, o presente estudo classifica-se como uma pesquisa aplicada e quantitativa. A abordagem aplicada justifica-se pela busca de soluções práticas para a questão investigada, enquanto a natureza quantitativa da pesquisa reside na coleta e análise estatística de dados numéricos, visando a generalização dos resultados para a população de interesse.

A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário online (com perguntas abertas e fechadas sobre conhecimento, expectativas e necessidades) aplicado a uma amostra probabilística por conglomerado de 298 participantes (erro amostral de 6%, nível de confiança de 95%). Os dados foram analisados com técnicas estatísticas descritivas e inferenciais para caracterizar a amostra, identificar tendências e generalizar os resultados para a população.

Resultados

A pesquisa revelou um cenário marcado por significativo desconhecimento sobre moradia assistida entre as famílias de pessoas com deficiência, com 72% dos respondentes não tendo familiaridade prévia com o tema. Entre os que já ouviram falar (46,6%), predominam dúvidas quanto à sua operacionalização e benefícios, indicando lacunas informativas. O perfil de cuidadores evidencia a persistência de assimetrias de gênero no cuidado, com 86% das mães como principais responsáveis, enquanto apenas 42% mencionam participação paterna –refletindo a sobrecarga feminina nas dinâmicas familiares.

As preocupações centrais orbitam em torno da insegurança quanto ao futuro: 82,6% destacam o falecimento do cuidador principal como temática crítica, seguida pela insuficiência de políticas públicas (74,8%) e incertezas sobre a qualidade dos cuidados futuros (67,1%). Tais receios dialogam com as barreiras identificadas para adoção da moradia assistida, onde fatores econômicos (custos elevados, por 52,6%) e psicossociais (sentimentos de culpa/abandono, em 34,5% dos casos) emergem como obstáculos inter-relacionados. Paradoxalmente, embora 38,6% dos respondentes cogitem a moradia assistida como opção futura – especialmente vinculada à morte ou incapacidade dos genitores (71,7%) –, a desconfiança institucional e a escassez de modelos no Brasil parecem frear adesões mais amplas.

Os resultados do estudo apontam que, apesar do amparo legal da LBI (2015), a moradia assistida ainda carece de implementação efetiva nas políticas públicas, perpetuando a dependência familiar. A discrepância entre o reconhecimento teórico de seus benefícios (autonomia e alívio para cuidadores) e a sua baixa prática expõe falhas estruturais. Nesse cenário, as relações públicas comunitárias (KUNSCH, 2007; PERUZZO, 2004) desempenham papel fundamental, como estratégia de comunicação dialógica e participativa, com o potencial de construir pontes entre as famílias, as pessoas com deficiência, as instituições públicas e privadas e a comunidade em geral. Por meio de campanhas educativas, fóruns, oficinas e consultas públicas, é possível promover acesso a informações claras e confiáveis sobre moradia assistida, reduzindo desconfiança e desconhecimento identificados no

estudo. Além disso, ao promover a participação ativa das famílias e das pessoas com deficiência no planejamento e implementação de políticas públicas, contribui para a criação de modelos que atendam às necessidades e expectativas desse público.

Referências

BRUGÈRE, F. A ética do cuidado. São Paulo: Contracorrente, 2023.

FIETZ, Helena de Moura. Construindo futuros, provocando o presente. Cuidado familiar, moradias assistidas e temporalidades na gestão cotidiana da deficiência intelectual no Brasil (Tese de Doutorado). PPGAS/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil. Estudos e Pesquisas, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101964>

KITTAY, E. F. Loves labor: essays on women, equality and dependence. 2a edição. Nova Iorque: Routledge, 2020.

KUNSCH, M.M.K; KUNSCH, W. L. (Orgs.). Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD). Site. 2006 Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>

OPS/OMS. Declaração de Montreal sobre a deficiência intelectual Montreal, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde: CIF. Organização Mundial de Saúde; 2001.

PERUZZO, C.M.K. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Disability Inclusive Development in UNDP: guidance and entry points. New York: United Nations Development Programme, 2018.

SALVATORI, P.C.G. Ativismo em um mundo (im)perfeito: relações públicas e cidadania para pessoas com deficiência. 2021. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-01092021-230346/pt-br.php>